

margem
ESQUERDA
ensaços marxistas

17

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright © Boitempo Editorial, 2011
Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 17

Editora
Ivana Jinkings

Editora-adjunta
Bibiana Leme

Assistência editorial
Caio Ribeiro e Livia Campos

Preparação
Mariana Echalar

Revisão
Thaisa Burani

Projeto gráfico e capa
Antonio Kehl

Imagens do miolo e da capa
Apu Gomes

ensaio sobre o bairro Pedreira, na Zona Sul de São Paulo

Editoração
Antonio Kehl e Bianca Mimiza

Produção
Ana Lotufo Valverde

Impressão e acabamento
Corprint

ISSN 1678-7684

número 17: novembro de 2011

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte
desta revista sem a expressa autorização da editora.

Esta revista atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373 – Sumarezinho
CEP 05442-000 São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

Carta a August Bebel*

FRIEDRICH ENGELS

Londres, 18/28 de março de 1875.

Caro Bebel!

Recebi sua carta de 23 de fevereiro e folgo em saber que sua saúde corporal vai bem.

Você me pergunta o que achamos da questão da unificação. Infelizmente, estamos na mesma situação que você. Nem Liebknecht nem ninguém nos deu qualquer informação, e assim também não sabemos mais do que o que sai nos jornais, e neles não se diz nada há cerca de oito dias, quando recebemos o projeto de programa. Este nos deixou, certamente, bastante aturdidos.

* Incluída no livro *Crítica do Programa de Gotha*, de Karl Marx, a ser publicado pela Boitempo em 2012. Marx enviou o manuscrito [das *Glosas marginais ao Programa de Gotha*] em 5 de maio de 1875 a Wilhelm Bracke, um dos líderes dos eisenachianos, e pediu-lhe, numa carta anexada, que mostrasse o manuscrito aos outros líderes dos eisenachianos (Geib, Auer, Bebel e Liebknecht). Apenas mais tarde foi revelado que Liebknecht ocultou de Bebel a crítica de Marx, guardando-a na gaveta para que o texto também não fosse publicado futuramente. Marx só obteve o manuscrito de volta depois de muito esforço. Wilhelm Liebknecht foi (juntamente com o lassalliano Hasselmann) o principal redator do Programa de Gotha e fez de tudo para que esse programa fosse aprovado – o que ocorreu no Congresso de Unificação, em Gotha, de 22 a 27 de maio de 1875 – sem que ninguém tomasse conhecimento da crítica de Marx. Mais de um mês antes de Marx concluir as *Glosas marginais*, Engels enviou uma detalhada carta a Bebel (de 18-28 de março de 1875), contendo uma crítica do mesmo esboço de programa. Mas Bebel também desconsiderou essa crítica e, no congresso do partido, apoiou o esboço elaborado por Liebknecht e Hasselmann, que foi aprovado, então, com algumas poucas alterações desimportantes. ("Vorbemerkung", em Karl Marx, *Kritik des Gothaer Programms*. Berlim, Dietz, 1955, p. 7.) Tradução de Rubens Enderle. (N. E.)

Nosso partido estendeu tão frequentemente a mão aos lassallianos para a conciliação, ou ao menos para selar um acordo, e os Hasen- clever, Hasselmann e Tölcke a rechaçaram com tanta persistência e arrogância que qualquer criança chegaria à conclusão de que, se esses senhores agora nos procuram para oferecer conciliação, é porque devem estar em grandes apuros. Dado o caráter sobejamente conhecido dessa gente, nosso dever era aproveitar esses apuros para obter todo tipo de garantias que pudessem impedi-los de usar nosso partido para restaurar sua abalada reputação na opinião dos trabalhadores. Eles deveriam ter sido recebidos de modo extremamente frio e precavido e a unificação deveria ter como condição a disposição de abandonar suas palavras de ordem sectárias e seu auxílio estatal, assim como de aceitar o programa de Eisenach de 1869, ou uma reformulação atualizada deste último. Nosso partido não tem *absolutamente nada a aprender* com os lassallianos na esfera teórica, isto é, na esfera decisiva para o programa, mas os lassallianos têm certamente muito a aprender com o partido; a primeira condição para a unificação deveria ter sido que eles deixassem de ser sectários, lassallianos e, sobretudo, que renunciasssem à panaceia universal da assistência estatal, ou ao menos que a reconhecessem apenas como uma medida transitória e secundária, entre tantas outras possíveis. O projeto de programa prova que nossa gente, que, no que diz respeito à teoria, está cem léguas à frente dos lassallianos, encontra-se muito atrás deles em esperteza política; os “honestos”¹ foram mais uma vez burlados pelos desonestos.

Primeiro, considere-se a altissonante porém historicamente falsa fraseologia lassalliana: diante da classe trabalhadora, todas as outras classes são uma só massa reacionária. Essa frase só é verdadeira em casos excepcionais, por exemplo, numa revolução do proletariado, como a Comuna, ou num país onde não apenas a burguesia formou o Estado e a sociedade segundo sua imagem, mas, depois dela, também a pequena burguesia conduziu esse processo de formação até suas últimas consequências. Se na Alemanha, por exemplo, a pequena burguesia pertence a essa massa reacionária, como se explica que lá

¹ Em oposição à “desonrada política” de alguns líderes da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (AGTA), a convocação à Assembleia de Fundação do Partido Operário Social-Democrata Alemão, de 17 de julho de 1869, dirigia-se a “todos os social-democratas honrados”. Nos anos seguintes, o partido continuou a usar o termo para diferenciar-se da AGTA. Esta, por sua vez, principalmente no seu jornal *Social-Demokrat*, empregava o termo entre aspas, como uma forma de zombaria contra os membros do partido. (Nota da editora alemã.)

o Partido Operário Social-Democrata tenha andado tantos anos de mãos dadas com o Partido Popular? Como pode o *Volksstaat* extrair quase todo o seu conteúdo político do pequeno-burguês democrata *Frankfurter Zeitung*? E como se pode encontrar nesse mesmo programa não menos do que sete reivindicações que coincidem direta e literalmente com o programa do Partido Popular e da democracia pequeno-burguesa? Refiro-me às sete reivindicações políticas: 1 a 5 e 1 e 2, das quais não há nenhuma que não seja democrata-*burguesa*.

Em segundo lugar, o princípio do internacionalismo do movimento operário é, na prática, inteiramente negado para o presente, e isso pelas pessoas que por cinco anos e sob as mais duras circunstâncias afirmaram-no da forma mais gloriosa. A posição dos trabalhadores alemães no topo do movimento europeu repousa *essencialmente* sobre sua postura de fato internacional durante a guerra; nenhum outro proletariado teria se portado tão bem. E agora esse princípio deve ser negado por eles, no momento em que por toda parte no estrangeiro os trabalhadores o ressaltam na mesma medida em que os governos se esforçam por reprimir sua participação numa organização! E o que resta do internacionalismo do movimento operário? A pálida perspectiva, nem mesmo de uma ulterior ação conjunta dos trabalhadores europeus para sua libertação, mas sim de uma futura “fraternização internacional dos povos”, uns “Estados Unidos da Europa” dos burgueses da Liga da Paz²!

Naturalmente, não era necessário falar assim da Internacional. Mas o mínimo que se esperava era não haver nenhum retrocesso em relação ao programa de 1869³ e, por exemplo, dizer: *embora* o Partido Operário Alemão atue *inicialmente* no interior das fronteiras estatais a ele impostas (ele não tem o direito de falar em nome do proletariado europeu, e muito menos de dizer falsidades), está consciente de sua solidariedade com os trabalhadores de todos os países e, além disso, estará sempre pronto, como até então esteve, a cumprir as obrigações

² Referência à Liga Internacional da Paz e da Liberdade (*Ligue internationale de la Paix e de la Liberté*), fundada em 1887, em Genebra, por Charles Lemmonier e com a possível participação de Victor Hugo e Giuseppe Garibaldi. Seu programa sustentava-se na proposta de formação dos “Estados Unidos da Europa” e era fortemente marcado pelo pacifismo. A *Liga* foi fundada como contrapeso à Internacional proletária e recusava-se, como Marx salientou em seu discurso ao Conselho Geral da Internacional de 13 de agosto de 1867, a tomar parte na eliminação da contradição entre capital e trabalho, o que, segundo ele, evidenciava sua falha de não levar em consideração os pressupostos reais para uma paz universal (Cf. *The Bee-Hive Newspaper*, Londres, n. 305, 17 de agosto de 1867). Até 1879, a *Liga* reuniu-se em congressos anuais, na Suíça. (N. E. A.)

³ Isto é, o programa de Eisenach. (N. T.)

que lhe são impostas por essa solidariedade. Tais obrigações consistem, por exemplo – e isso vale também para quem não se proclama ou não se considera parte da Internacional –, em prestar auxílio, recusar-se a integrar reforços em casos de greves, assegurar que os órgãos partidários mantenham os trabalhadores alemães informados sobre o movimento estrangeiro, promover agitação contra guerras de gabinete iminentes ou em fase germinal e, durante tais guerras, proceder de acordo com as medidas implementadas de modo exemplar em 1870 e 1871 etc.

Em terceiro lugar, nossa gente se deixou impor a “lei de bronze”⁴ lassaliana, que repousa sobre uma visão econômica totalmente ultrapassada, ou seja, a de que o trabalhador recebe em média apenas o *mínimo* do salário, e precisamente porque, segundo a teoria da população de Malthus⁵, há trabalhadores demais (esse era o raciocínio de Lassalle). Marx, no *Capital*, demonstrou em detalhe que as leis que regulam o salário são extremamente complexas, tendo como fator decisivo, conforme as circunstâncias, ora isto, ora aquilo, de modo que elas não são de forma alguma brônzeas, mas, ao contrário, bastante elásticas, e a questão não se resolve em absoluto com algumas palavras, como Lassalle imaginava. A fundamentação malthusiana da lei, que Lassalle copia de Malthus e Ricardo (falsificando este último), tal como se encontra, por exemplo, no *Arbeiterlesebuch*⁶, página 5, citado de outra brochura de Lassalle, é completamente refutada por Marx na

⁴ Em sua *Carta aberta ao Comitê Central pela convocação de um congresso geral dos operários alemães em Leipzig*, Lassalle determinava e fundava a “lei econômica de bronze” com as seguintes palavras: “o salário médio permanece sempre reduzido aos meios de subsistência necessários, os quais, num povo, são comumente exigidos para a sobrevivência e para a procriação. Esse é o ponto em torno do qual o salário real gravita em movimentos pendulares [...] Ele não pode elevar-se por muito tempo acima dessa média, pois isso ocasionaria, devido a melhores condições dos trabalhadores, um aumento da população trabalhadora e, com isso, da oferta de trabalho, o que voltaria a pressionar o salário para cima e para baixo de seu estado anterior. O salário não pode, também, cair duradouramente abaixo do nível desses meios de subsistência, pois assim ele ocasionaria emigrações, celibato, queda da taxa de natalidade e, por fim, uma – provocada pela miséria – diminuição do número de trabalhadores, que, desse modo, diminuiria a oferta de trabalho e, por conseguinte, traria o salário de novo ao seu estado anterior.” (N. E. A.)

⁵ Teoria do economista inglês Thomas Robert Malthus que atribuía a pobreza e a miséria ao aumento da população. Segundo ela, os meios de existência crescem mais lentamente do que a população e tornam-se progressivamente insuficientes. Como solução do problema, Malthus defendia a limitação do crescimento da população por ação do Estado. (N. T.)

⁶ Ver Ferdinand Lassalle, *Arbeiterlesebuch. Rede Lassalles zu Frankfurt am Main am 17. und 19. Mai 1864. Nach dem stenographischen Bericht* [Manual operário. Discurso de Lassalle em Frankfurt, 17 e 19 de maio de 1864. De acordo com as notas estenográficas] (4. ed., Leipzig, s. ed., 1871). (N. T.)

seção sobre o “Processo de acumulação do capital”. Adotando-se a “lei de bronze” de Lassalle, portanto, fica-se comprometido com uma proposição e uma fundamentação falsas da própria lei.

Em quarto lugar, o programa coloca como *única* reivindicação *social* a assistência estatal lassalliana em sua forma mais crua, tal como Lassalle a plagiou de Buchez. E isso depois de Bracke ter exposto acertadamente essa reivindicação em toda a sua nulidade, depois que quase todos, se não todos, os oradores de nosso partido viram-se obrigados a manifestar-se contra essa “assistência estatal”! Nossa partido não poderia ter se humilhado mais. O internacionalismo foi rebaixado a Amand Goegg e o socialismo, ao republicano-burguês Buchez, que *confrontou os socialistas* com essa reivindicação para suplantá-los!

Mas a “assistência estatal” em sentido lassalliano é, na melhor das hipóteses, apenas *uma* medida, entre tantas outras, para atingir o objetivo aqui designado com estas frouxas palavras: “para que se conduza à solução da questão social”, como se, para nós, ainda houvesse uma *questão social* não resolvida na teoria! Quando, portanto, diz-se: “O Partido Operário Alemão luta pela supressão do trabalho assalariado e, com isso, das distinções de classe por meio da implementação da produção cooperativa na indústria e na agricultura em escala nacional; apoia toda medida direcionada à consecução desse objetivo!”, nenhum lassalliano pode ter algo contra isso.

Em quinto lugar, nenhuma palavra é dita sobre a organização da classe trabalhadora como classe por meio dos sindicatos. E esse é um ponto absolutamente essencial, pois se trata propriamente da organização de classe do proletariado no seio da qual ele estabelece suas batalhas diárias contra o capital, na qual ele se instrui e que hoje não pode mais ser esmagada, nem mesmo pela mais terrível reação (como é o caso atualmente em Paris). Pela importância que essa organização alcança na Alemanha, pensamos que seria absolutamente necessário mencioná-la no programa e, na medida do possível, reservar-lhe um espaço na organização do partido.

Nossa gente fez tudo isso para agradar aos lassallianos. E qual foi a concessão feita por eles? Que uma porção de *reivindicações puramente democráticas* bastante confusas figurasse no programa, consistindo muitas delas em meros modismos, como, por exemplo, a “legislação pelo povo”, que existe na Suíça e lá gera mais prejuízos do que benefícios, se é que gera alguma coisa. *Administração* pelo povo, isso sim faria algum sentido. Falta também a primeira condição de toda liberdade: que todos os funcionários públicos sejam respon-

sáveis por todas as suas ações oficiais em relação a todo cidadão perante os tribunais comuns e segundo a legislação geral. E nem é preciso mencionar o fato de que “liberdade da ciência” e “liberdade de consciência” são reivindicações que figuram em todo programa liberal-burguês e, portanto, aparecem aqui fora de lugar.

O Estado popular livre transformou-se no Estado livre. Em seu sentido gramatical, um Estado livre é aquele Estado que é livre em relação a seus cidadãos – portanto, um Estado com governo despótico. Todo esse palavreado sobre o Estado deveria ter sido deixado de lado, sobretudo depois da Comuna, que já não era um Estado em sentido próprio. O *Estado popular* foi sobejamente jogado em nossa cara pelos anarquistas, embora já a obra *Marx contra Proudhon*⁷ e, mais tarde, o *Manifesto Comunista* digam de maneira explícita que, com a instauração da ordem socialista da sociedade, o Estado dissolve-se por si só e desaparece. Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente os adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda *faz uso* do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso, nossa proposta seria substituir por toda parte a palavra *Estado* por “comunidade” [*Gemeinwesen*], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* [comuna].

“Eliminação de toda desigualdade social e política”, em vez de “superação de toda distinção de classe”, é também uma expressão muito duvidosa. De um país para outro, de uma província para outra e até mesmo de um lugar para outro, sempre existirá *certa* desigualdade de condições de vida, que poderá ser reduzida a um mínimo, mas nunca completamente eliminada. Os habitantes dos Alpes terão sempre condições de vida diferentes das dos povos das planícies. A representação da sociedade socialista como o reino da *igualdade* é uma representação unilateral francesa, baseada na velha “liberdade, igualdade, fraternidade”, uma representação que teve sua razão de ser como *fase de desenvolvimento*, em seu tempo e em seu lugar, mas que agora, como todas as unilateralidades das primeiras escolas socialistas, deveria ser superada, uma vez que serve apenas para provocar

⁷ Referência à obra *A miséria da filosofia* (São Paulo, Expressão Popular, 2009), de Marx, publicada originalmente em 1847. (N. T.)

confusão nos cérebros e porque, além disso, descobriram-se formas mais precisas de tratar a questão.

Termino aqui, embora quase toda palavra nesse programa – escrito, além do mais, de modo insípido e indolente – mereça ser criticada. A situação é tal que, caso ele seja adotado, Marx e eu *nunca* reconheceremos um *novo* partido fundado sobre essas bases e teremos de refletir seriamente sobre a posição – inclusive pública – que adotaremos em relação a ele. Não esqueça que, no estrangeiro, *somos* responsabilizados por absolutamente todas as declarações e ações do Partido Social-Democrata Alemão. Assim, por exemplo, em sua obra *Estatismo e anarquia**, Bakunin nos responsabiliza por cada palavra irrefletida que Liebknecht pronunciou e escreveu desde a fundação de seu *Demokratisches Wochenblatt*. As pessoas chegam a imaginar que comandamos daqui a história inteira, enquanto você sabe tão bem quanto eu que quase nunca nos envolvemos nos assuntos do partido e, quando o fizemos, foi apenas para corrigir, na medida do possível, os erros que haviam sido cometidos – e, ainda assim, apenas os erros *teóricos*. Mas você mesmo compreenderá que esse programa representa um ponto crucial, que poderia facilmente nos forçar a renunciar a toda responsabilidade em relação ao partido que o adote.

Em geral, importa menos o programa oficial de um partido do que seus atos. Mas um *novo* programa é sempre uma bandeira que se hasteia publicamente e a partir da qual o mundo exterior julga o partido. Assim, ele não deveria representar um retrocesso, como esse representa em relação ao programa de Eisenach. Também se deveria levar em conta o que os trabalhadores de outros países dirão sobre esse programa; que impressão causará essa genuflexão de todo o proletariado socialista alemão perante o lassallianismo.

Além disso, estou convencido de que uma unificação sobre essa *base* não durará nem sequer um ano. Os melhores cérebros do nosso partido estarão dispostos a decorar e recitar as teses lassallianas sobre a lei de bronze do salário e a assistência estatal? Gostaria de saber se você, por exemplo, aceitaria fazer isso! E, se eles o fizessem, seriam vaiados pelos ouvintes. E estou certo de que os lassallianos se aferam justamente a *essa* parte do programa, tal como Shylock a sua libra de carne. A cisão virá, mas até lá teremos devolvido “a honra” aos Hasseleman, aos Hasenclever, aos Tölcke e consortes; sairemos da cisão

* São Paulo, Imaginário, 2003

mais fracos, e os lassallianos, mais fortes; nosso partido terá perdido a virgindade política e jamais poderá voltar a combater com audácia as fraseologias de Lassalle, as quais o próprio partido terá mantido inscritas em suas bandeiras por algum tempo; e se os lassallianos voltarem a dizer que formam o mais autêntico e único partido operário e que nossos homens não passam de burgueses, lá estará esse programa para comprová-lo. Então todas as medidas socialistas serão *deles*, e o *nossa* partido não terá acrescentado mais do que as reivindicações da democracia pequeno-burguesa, por eles também considerada, no mesmo programa, como parte da “massa reacionária”!

Retardei o envio desta carta, pois sei que você só estará em liberdade no dia 1º de abril, em honra ao aniversário de Bismarck, e eu não queria me arriscar a uma interceptação, tentando passá-la de contrabando. E eis que agora me chega uma carta de Bracke, que também faz sérias objeções ao programa e pergunta nossa opinião. Por isso, por economia de tempo, encaminho esta carta a ele por seu intermédio, para que ele também a leia e, desse modo, eu não precise escrever tudo de novo. De resto, também expus minha opinião a Ramm; a Liebknecht, escrevi apenas brevemente. A ele, não perdoo não nos ter informado *uma única palavra* de todo o assunto (enquanto Ramm e outros acreditavam que ele nos havia informado corretamente), até que, por assim dizer, já era tarde demais. É certo que ele sempre procedeu desse modo – o que explica as inúmeras correspondências desagradáveis que tanto Marx como eu trocamos com ele –, mas dessa vez a coisa é grave demais e *decididamente não o acompanharemos*.

Veja se há a possibilidade de você vir para cá no verão. Você será meu hóspede, é claro, e, se o tempo estiver bom, poderemos passar uns dias na praia, o que lhe fará muito bem, após um tão longo encarceramento.

Cordialmente,
F. E.

P. S. Marx mudou-se recentemente. Seu novo endereço é Maitland Park Crescent, 41, Londres.